

# PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL E ANÁLISE DA LEI 12.244/10

Jonathas Luiz Carvalho Silva

**Resumo:** Trata da história da biblioteca escolar no Brasil. Analisa as perspectivas históricas, sociais e semânticas da biblioteca escolar, tendo como enfoque a Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. A metodologia é constituída de pesquisa exploratória, com revisão documental e apresenta como método o fenomenológico-hermenêutico. Conclui que a biblioteca escolar, historicamente, esteve diretamente ligada às instituições religiosas, como os colégios jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas, e hoje, com a institucionalização da Lei 12.244/10 mostra uma conotação de mudança. Porém, entende-se que a referida Lei apresenta deficiências conceituais e conteudísticas, quanto à caracterização da biblioteca escolar e suas nuances de acervo, assim como deficiências que promovem insegurança quanto à sua consolidação, por não prever perspectivas de responsabilidades compulsórias, ou seja, de punições no caso do não-cumprimento por parte das escolas públicas e privadas, daquilo que nela é estabelecido.

**Palavras-chave:** Biblioteca escolar – Brasil – História; Lei 12.244/10; Biblioteca Escolar – Colégios religiosos – Brasil; Biblioteconomia; Educação – Brasil.

## 1 INTRODUÇÃO

A biblioteca escolar tem sido importante instrumento para a construção da Biblioteconomia, seja no contexto histórico, seja no acadêmico ou, ainda, no profissional, o que tem gerado diversas discussões e produções sobre o assunto.

Percebe-se a importância da Biblioteca Escolar como efetivo instrumento de ação e aplicação dos valores humanos da sociedade, mas que pouco tem sido contemplado na prática.

Como justificativa geral para a não-contemplação das perspectivas atribuídas às bibliotecas estaria a falta de investimentos governamentais, e de políticas bem definidas.

Outra justificativa é que, no contexto majoritário das escolas, tanto de cunho municipal como Estadual há poucas bibliotecas e das existentes é esporádica a figura do Bibliotecário como mediador e efetivo elemento do desenvolvimento de suas atividades. Além disso, o seu aparato tecnológico é escasso ou, em alguns casos inexistentes e o espaço físico na maioria das vezes inadequado. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

O presente artigo tem como objetivo analisar as perspectivas históricas, sociais e semânticas da biblioteca escolar no Brasil, dando ênfase na Lei 12.244/10 (BRASIL, 2010) que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares.

A fundamentação é constituída de dois vieses. O primeiro instiga uma breve reflexão sobre a história das bibliotecas escolares, desde o período colonial até os dias atuais. O segundo viés analisa a Lei 12244/10, especialmente os três primeiros artigos que compõem seu conteúdo, ponderando suas perspectivas e limitações.

## **2 A BIBLIOTECA ESCOLAR EM CENA: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICO-SEMÂNTICAS**

A biblioteca escolar tem sido fruto de variadas discussões na Biblioteconomia, bem como nas áreas da Educação e Cultura.

Descortinar o panorama da biblioteca escolar no Brasil implica em uma reflexão historicista. A sua história tem seus primórdios nos colégios religiosos, especialmente nos dos Jesuítas que aqui foram chegando, em caráter particular no estado da Bahia, por volta de 1549 chefiados por Manuel da Nóbrega. O objetivo

Catequizar índios e instruir colonos. (MORAES, 2006).

Por isso, pode-se afirmar que a relação entre biblioteca escolar e o contexto escolar e educativo esteve diretamente relacionada a uma instituição: a igreja. Conforme Serafim Leite (1942, p. 144), grande pesquisador do período colonial brasileiro, especialmente das Companhias de Jesus instaladas no Brasil, uma marca importante para educação deste período é que “a Igreja foi à única educadora do Brasil até o fim do século XVIII, representadas por todas as organizações religiosas do clero secular e do clero regular, que possuíam casas no Brasil”.

Destarte, as bibliotecas escolares foram construídas a partir dos colégios jesuítas que foram se instalando inicialmente na Bahia e logo depois em outras capitanias. Porém, os colégios jesuítas não foram os únicos a desenvolver atividades com a biblioteca escolar no Brasil. No século XVII, outras ordens religiosas começam a chegar por aqui e introduzir seus colégios, assim como estruturar suas bibliotecas escolares com vistas a promover acervo adequado para seus usuários.

De acordo com Carvalho Silva (2010, p. 23-24):

Podem ser destacadas, além dos jesuítas, as ordens dos franciscanos, beneditinos e carmelitas, que chegaram já em meados do século XVII (ou mesmo que tenham seus registros atestados a partir desse século). A prova de que outras ordens forneceram suas contribuições está nos seus métodos de estudos. Os franciscanos, por exemplo, agregaram métodos de valores experimentais das ciências, valorizando os estudos de ideais franceses, representados, sobretudo pela idéia da ilustração, enquanto os

métodos jesuíticos eram essencialmente escolásticos<sup>1</sup>.

Verifica-se que as bibliotecas escolares de instituições religiosas possuíam seus métodos e proposta de atuação de acordo uma ideologia teológico-científica. É preciso ponderar que as instalações dessas escolas e, por conseguinte, de suas bibliotecas atentavam para locais estratégicos em diversas localidades, as vezes em capitâncias específicas espalhadas pelo Brasil.

Com relação às bibliotecas jesuíticas as localidades que mais se destacaram foram<sup>2</sup>: Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, Pernambuco (Olinda e Recife) e Pará. Já as bibliotecas dos franciscanos que mais se destacaram foram as que estavam centradas nas localidades de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Olinda. As de ordem beneditina tiveram suas instalações de bibliotecas escolares no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. (LEITE, 1942).

A força dos colégios religiosos na construção das bibliotecas escolares deu-se, expressivamente, até o final do século XVIII, quando começa sua decadência, efetivada em meados do século XIX.

---

<sup>1</sup> Escolástica é um conjunto de doutrinas, partindo dos ensinamentos de filosofia e teologia ensinados nas escolas medievais e estimulando os estudos sobre a dicotomia razão e fé. Divide-se em quatro fases: a primeira vai do fim do século V até o fim do século IX, compreendendo o período do surgimento e desenvolvimento dos reinos romano-barbáricos até a restauração do Império Romano pelos Carolíngios, tendo como características um processo obscuro do medievalismo, mas com momentos do renascimento cultural, com base no pensamento da antiguidade, tendo como grandes representantes Boécio e Escoto Eriúgena; a segunda fase tem início no século X até o século XI, caracterizada pelas reformas monásticas e renovação política da Igreja, representada pelas cruzadas e liderada por Anselmo de Aosta e Abelardo; a terceira fase tem como marco o advento das universidades no decorrer do século e teve como baluarte os ideais de Santo Tomás de Aquino e a quarta e última fase perfaz o século XIV e se caracteriza pela crise da Igreja e do Império, instigado por Ockham. (CARVALHO SILVA, 2010).

<sup>2</sup> Com relação à estrutura física, acervo e a presença de profissionais, considerados intelectuais, para gerenciar as atividades da biblioteca.

A circular de 19 de maio de 1835, do governo imperial, introduzida pelo Marquês de Pombal proibindo o noviciado, foi uma sentença de morte para os conventos. Algumas ordens, em certas províncias, resistiriam mais tempo que em outras. (MORAES, 2006). Vale ressaltar que a circular introduzida por Pombal se justifica pela ascensão do ideal iluminista, a partir da França, que se contrapunha a ideologia da igreja católica. O conflito entre o iluminismo e a igreja católica teve destacada ênfase durante o século XVIII e meados do século XIX, o que levou a decadência de diversos conventos no Brasil.

Vale ressaltar que a decadência dos conventos em decorrência da censura introduzida por Pombal, fez com que grande parte do acervo das bibliotecas fosse abandonado e, por conseguinte, perdido por causa da umidade e dos insetos. Esses aspectos foram mais intensos nas bibliotecas de conventos localizados em cidades tropicais, devido ao clima quente e úmido, principalmente do Norte e Nordeste brasileiros. Outro fator preponderante para a essa destruição foi a falta de pessoal para cuidar do acervo. (CARVALHO SILVA, 2010, p. 30).

Porém, com as decadências dos colégios religiosos, é possível identificar outras escolas que surgem visando a educação do ensino formal. Porém, essas escolas e suas bibliotecas escolares, embora com influências religiosas estavam muito voltadas para estudantes (público infantil, adolescente, além de pais e responsáveis).

Em alguns momentos entre a decadência das escolas religiosas (conventos) e a criação de novas bibliotecas escolares houve situações bastante controversas. Em São Paulo, por exemplo, o processo foi muito conturbado. Resumidamente, o ensino paulista teve como marca inicial a criação da biblioteca escolar George Alexandre, do Mackenzie College, em (1886) enquanto o Mackenzie College foi criado quatro anos depois, em 1870. (CASTRO, 2000, p. 64).

Segundo Almeida e Carvalho (1996, p. 48), o Mackenzie

College:

Incorpora ao ensino paulista idéias revolucionárias, que o diferenciava dos outros tradicionais colégios, tais como: Dom Bosco, São José, São Luís e Arquidiocesano: liberdade de ensino religioso, exclusão de ‘toda e qualquer forma de discriminação racial, política’.

É pertinente salientar que a biblioteca escolar ganha uma nova configuração no final do século XIX e início do século XX. Todavia, são as bibliotecas escolares em colégios privados que se destacam, visando instituir métodos educativos com ênfase religiosa, uma vez que lá estudava a elite brasileira (grandes agricultores, empresários, comerciantes e intelectuais, entre outros).

Esses fatos nos remetem à três considerações: a primeira é de que a biblioteca escolar surge com um amplo aparato estrutural, seja em termos de infra-estrutura, seja de acervo; a segunda é que o acesso à ela era restrito aos integrantes das ordens religiosas, tais como bispos, padres e outros indivíduos da igreja; e, a terceira é que a biblioteca escolar, pelas razões expostas nos itens anteriores, em muitos casos, entre o século XVI e XIX, parecia mais uma biblioteca especializada, por ser mais utilizada para estudos religiosos e científicos, visando aprimorar a educação religiosa de seus usuários para a tarefa de catequizar e instruir índios e colonos.

É apenas a partir da década de 70 do século XIX que a biblioteca escolar, principalmente nas grandes escolas privadas com ênfase religiosa nas doutrinas católica e protestante, começa a adquirir a noção que tem hoje. (CASTRO, 2000).

Esse aparato religioso dado à biblioteca escolar, construído desde o século XVI, tem duas situações complementares que influenciam a sua realidade atual: a primeira é de que ela seria acessível essencialmente a um público com *status* econômico e social

mais elevado, principalmente ao dos colégios particulares; e, a segunda é que a ideia de biblioteca escolar está amplamente concatenada à percepção religiosa.

Como conseqüência aparece uma terceira situação que, de certo modo, é uma tentativa de expandir a ideia de biblioteca escolar para outras escolas consideradas mais carentes, especialmente as de caráter público. No entanto, em termos factuais, nessa tentativa menospreza-se o potencial educativo e informacional da biblioteca escolar, predominando nela, ainda hoje, a composição de um espaço qualquer com livros de qualquer natureza, dentro da escola.

É pertinente considerar que a biblioteca escolar conquistada, no século XX, um novo espaço, especialmente a partir de algumas reformas educacionais. A década de 1930 foi crucial para pensar e propor ações no âmbito da biblioteca escolar. Como ressaltam Eggert-Steindel e Fonseca (2010, p. 2) “No âmbito nacional as reformas do ensino pautadas na Escola Nova realizadas por Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935), legitimaram a biblioteca escolar no sistema de ensino”.

A década de 1940 buscou aprimorar uma política nacional de educação, conforme afirma Beirith (2009, p. 157):

Em janeiro de 1946 foram instituídas as Leis Orgânicas Federais do Ensino Primário e do Ensino Normal. Ambas pertencem a um conjunto de leis baixadas de 1942 a 1946 que ficaram conhecidas como Reformas Capanema. Com essas Reformas, toda a estrutura educacional brasileira foi reorganizada na tentativa de estabelecer uma política nacional única para a educação no país.

Verifica-se que a biblioteca escolar, nas décadas de 30 e 40 do século XX está incluída nesse processo de reforma educacional, principalmente construindo uma valorização educativa e de estímulo ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como finalidade

prioritária a intensificação do gosto pela leitura.

É pertinente ressaltar a importância do estado de Santa Catarina para a concepção de estratégias educativas visando a solidificação da biblioteca escolar em âmbito local, regional e nacional, uma vez que reconheceu a necessidade de aproximação das bibliotecas escolares de outros instrumentos escolares e comunitários, tais como: liga pró-língua; clube agrícola escolar; clube de leitura; círculo de pais e professores, dentre outros. (SANTA CATARINA, 1946). Machado (2002) confirma o pioneirismo de Santa Catarina com relação as bibliotecas escolares, principalmente nas décadas de 1940/50 quando atesta que o Departamento de Educação, em 1944 instituiu reuniões mensais com diversos pontos de pauta a partir da presença de inspetores escolares, auxiliares de inspeção, diretores e professores de grupos escolares, substitutos de escolas isoladas, estaduais e municipais, além do que cobrava a instalação destas bibliotecas, através das Circulares emitidas aos diretores das escolas.

Essa aproximação da biblioteca escolar com outros instrumentos escolares, assim como as exigências políticas para instalação de bibliotecas escolares implica na necessidade de se pensar o acervo e a participação da comunidade escolar. De acordo com o documento do Ministério da Educação e Saúde (1942, p. 28 e 29):

O acervo das bibliotecas deve ser composto por [...] livros sobre viagens, ciências naturais (tanto quando possível sob a forma atrativa), biografias, poesias, obras didáticas, dicionários, revistas e jornais ilustrados e outros de interesse educativo. [...] As bibliotecas deverão ser enriquecidas com coletâneas feitas pelos próprios alunos com recortes de jornais, reunidos pelos assuntos: poesias fáceis, poesias para classes adiantadas, artigos sobre economia política, contos infantis, charadas, notícias históricas e outros.

Quando houver oportunidade, promover-se-á sessão literária e artística, com finalidade educativa, aproveitando-se, quanto possível, a colaboração de intelectuais, ou artistas que estiverem de passagem pela localidade.

É interessante observar também que nas décadas de 1940/50 ocorre o discurso da importância da composição do acervo e da participação direta dos usuários discentes e dos pais na construção da biblioteca escolar por meio de ações pedagógicas. No que se refere a composição do acervo, entende-se que a biblioteca escolar deve possuir materiais diversos de cunho bibliográfico ou não. Já no que tange a participação de alunos e pais acredita-se que são elementos chave para que a biblioteca escolar efetive suas produções de sentido.

Por isso, pode-se afirmar que a década de 1950, é o marco para instalação das bibliotecas escolares no Brasil, tendo Santa Catarina como referência para esse processo, uma vez que procurou instituir procedimentos legais e pedagógicos para consolidação das bibliotecas escolares.

Porém, nas décadas de 1960/70 e início da década de 80, a biblioteca escolar, em Santa Catarina, perde seu espaço para a biblioteca pública. Em outras palavras, pode-se afirmar que o público e por que não dizer o acervo da biblioteca escolar passa a ter abrigo nas bibliotecas públicas. (EGGERT-STEINDEL; FONSECA, 2010).

Desse modo, observa-se, durante as décadas de 1930 a 1980 a falta de uma política nacional para bibliotecas que possa compor um conjunto de ações integradas entre os diversos tipos de bibliotecas (escolares, públicas, universitárias, comunitárias, populares, especializadas, dentre outras), pois é perceptível apenas ações locais isoladas que foram perdendo força durante o transcurso histórico em virtude da falta de incentivo ou de mentalidade política e governamental continuada.

Nas décadas de 1990 e na primeira década do século XXI,

observam-se, em nível nacional, políticas ainda tímidas para o desenvolvimento da biblioteca escolar brasileira. Pode-se destacar, inicialmente, a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) que contemplam o discurso da biblioteca escolar como espaço de aprendizado e estímulo à leitura e ao aprendizado. Destaca-se também a criação do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) pelo Governo Fernando Henrique Cardoso em 1997. Afirmar em uma política ainda tímida reside no fato de que o PNBE está preocupado mais restritamente com a distribuição de livros e não com uma política mais ampla da biblioteca, pois como afirma Garcez (2007, p. 28) os livros “Acabam sumindo pela falta de local apropriado (biblioteca), pela falta de tratamento adequado (carência do profissional bibliotecário) e pela falta de dinamização de leituras, reflexo da pouca parceria ou da pouca aproximação entre bibliotecários e professores”. Mais incisivas ainda são Iguma e Fernandes (2010, p. 6) quando afirmam que “Nascido com a finalidade de semear livros, o PNBE tem desempenhado sua função anualmente, no entanto, a dúvida que segue é até que ponto tem mandado o povo pensar”.

Conforme essa perspectiva histórica a ideia de socialização da biblioteca escolar nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, de forma aleatória em caráter privado e, principalmente, no setor público, recebe valorização ínfima no cenário nacional. Basta, por exemplo, olharmos para os que vêm atuando nesse espaço: profissionais em fim de carreira, com falta de conhecimento, com problemas de saúde, e físicos, dentre outros, falta de uma política de gerenciamento, assim como a falta de contratação de profissionais especializados, bibliotecários para exercer funções organizacionais e aplicativos de serviços, sendo esporádicas as exceções. (SIMÃO; SCHERCHER; NEVES, 1993).

Portanto, sendo historicamente espaço acessível a um público minoritário e socializado de forma aleatória, sem uma política e um

gerenciamento bem definidos, acabou promovendo uma noção desqualificada de biblioteca escolar que configura o atual panorama da biblioteca escolar brasileira (sem generalizações).

Com efeito, essa configuração histórica nos remete a um segundo plano que envolve uma reflexão sobre o atual pensamento semântico e aplicativo da biblioteca escolar. Para transformá-la, inicialmente, é preciso modificar a identidade dela, através de discursos e ações.

Identifica-se uma definição geral de biblioteca que se aplica ao contexto da biblioteca escolar, conforme relata Lemos (2005, p. 101-102):

Nem toda coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda biblioteca é apenas uma coleção de livros. Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca. [...] Em geral define-se biblioteca como um acervo de materiais impressos (livros, periódicos, cartazes, mapas, etc.), ou não-impressos, como filmes cinematográficos, fotografias, fitas sonoras, discos, microformas, cederrons, devidês, programas de computador, etc. e mantidos para leitura, visualização e consulta.

Diante da visão apresentada na citação, identifica-se que

houve expressiva mudança de mentalidade referente à biblioteca escolar no final do século XX e início do século XXI em nível global e nacional, pelo menos a partir de um caráter discursivo, como o apresentado no Manifesto da UNESCO (1999), fóruns, eventos, campanhas, produções bibliográficas e mobilizações políticas. Mas e quanto à maioria da população?

Compreende-se que para se chegar à desejada mudança de discurso e de ações relacionadas à biblioteca escolar no Brasil é preciso inicialmente refletir sobre o problema da concepção que se tem dela enquanto qualquer espaço com qualquer acervo em uma estante. É preciso ponderar que um dos requisitos principais para a constituição de uma biblioteca escolar, hoje, delibera acervo que indique suportes físicos e virtuais, complexos e dinâmicos, que deve possibilitar ao usuário variadas formas de acesso à informação.

Além do acervo e seus suportes documentais, a biblioteca escolar deve atender a uma intencionalidade política e social. A intencionalidade política e social está representada na disponibilização de serviços de aprendizagem e nos livros e recursos que permitam aos membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em diferentes suportes e meios de comunicação. Em outras palavras, cumpre a biblioteca escolar exercer as funções de incentivar a leitura dos estudantes; aprimorar a produção e uso da informação em diversos suportes; organizar atividades que valorizem a consciência social e cultural em nível local, nacional e global; apoiar as atividades integradas ao currículo da escola. Para tanto, é preciso a consecução de políticas e serviços; seleção e aquisição de recursos; provimento do acesso físico e intelectual a fontes adequadas de informação; fornecimento de instalações voltadas à instrução; contratação de pessoal treinado. (UNESCO, 1999).

É sabido que o principal empecilho que interfere na mudança de mentalidade sobre a biblioteca escolar não é de cunho conteudístico e nem propositivo, pois como mostramos a partir do

Manifesto da UNESCO (1999), da citação de Lemos (2005) e outros estudiosos que pregam novas perspectivas para a biblioteca escolar como Waldeck Carneiro da Silva em “Miséria da Biblioteca Escolar” (1995) e Neusa Dias de Macedo em “Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional ao fórum virtual”, (2005), dentre outros, existe um conjunto de esforços que estão sendo envidados para mudar a realidade da biblioteca escolar.

Então, qual seria o principal empecilho? Acredito que o principal empecilho seja político. A prova disso reside no fato de que em setembro de 2000, a Deputada Federal do PT do Rio Grande do Sul, Esther Grossi, tentou promover o Projeto de Lei nº 3.549/00 (BRASIL, 2000) que dispunha sobre a universalização das bibliotecas escolares, sem obter êxito quanto a sua aprovação.

Em suma, eis o que diz o referido Projeto de Lei em seus artigos 1º, 2º, 3º e 4º:

Art. 1º É da responsabilidade das entidades mantenedoras a criação e a manutenção das bibliotecas escolares em todas as unidades de ensino da federação;

Art. 2º Entenda-se como Bibliotecas Escolares a coleção de livros, materiais videográficos e documentos congêneres para estudo, consulta e leitura recreativa, considerando como acervo mínimo, quatro livros por aluno matriculado;

Art. 3º Cabe aos sistemas de ensino prever a ampliação deste acervo mínimo conforme cada realidade e divulgar orientação de guarda, preservação, organização e funcionamento das Bibliotecas Escolares;

Art. 4º Num prazo máximo de dez anos, a orientação e a supervisão das Bibliotecas Escolares deverá ficar a cargo de Bacharéis de Biblioteconomia, auxiliados por técnicos em

Biblioteconomia, designados pelos órgãos de administração dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2000).

Vale ressaltar que Projeto de Lei nº 3.549/00 é muito parecido com o texto da Lei 12.244/10 que será analisado adiante. (ABREU et al, 2004).

Destarte, percebemos a necessidade de uma mobilização política continuada dos órgãos da Biblioteconomia e movimentos e áreas afins, visando concretizar as propostas referentes a novas ações de informação no seio da biblioteca escolar em nível nacional. Somente com uma mudança discursiva, institucional e política haverá uma transformação exitosa do panorama da biblioteca escolar no Brasil. É preciso considerar que a aprovação da Lei 12.244 se configura em um resultado de mobilização que deve ser continuada.

### **3 A LEI 12.244/10 EM ESTUDO**

A Lei 12.244/10 que busca universalizar as bibliotecas escolares no Brasil foi aprovada no dia 24 de maio de 2010, com vigência a partir de sua publicação, no Diário Oficial da União, em 25 de maio. (BRASIL, 2000).

Essa lei atende uma antiga reivindicação de bibliotecários e movimentos educacionais que atentam para um olhar mais cauto sobre a biblioteca escolar no Brasil. Vale ressaltar que a Lei 12.244/10 foi baseada no Projeto de Lei 324/09 (BRASIL, 2009), do Deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), tendo como seu relator o Senador Cristovam Buarque (PDT - Brasília). Sancionada pelo, então, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT - São Paulo) nela ficou estabelecido o prazo de dez anos para que as instituições se ajustem à essa exigência.

Com a proposta de estudo dessa lei foi necessário buscar respaldo teórico e metodológico.

Como forma de classificar a pesquisa, tomou-se como base a taxonomia apresentada por Vergara (2003), que a qualifica em dois aspectos: fins e meios.

Quanto aos fins, ela é exploratória, uma vez que discute a realidade da Lei 12.244/10 no que tange ao seu processo de construção e implementação que deve ser vislumbrado de uma forma continuada. De acordo com Gil (2008, p. 45), as pesquisas exploratórias “Visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, tendo como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”.

Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, se utiliza de material escrito e em meio virtual já tornada pública em relação ao tema de estudo. Dizem Lakatos e Marconi (2001, p. 66) que “a sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi dito, escrito ou filmado sobre determinado assunto”, no entanto nessa pesquisa serão utilizadas apenas fontes escritas; impressas e virtuais.

Nesse sentido, Köche (1997, p. 122) reforça o objetivo da pesquisa bibliográfica: “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se instrumento indispensável a qualquer tipo de pesquisa”.

Assim, busco analisar a Lei 12244/10 em seu aparato contudístico, tendo cada artigo como elemento de análise, a partir da utilização do método fenomenológico-hermenêutico. Como afirma Martins (1994, p. 26-27) esse método “caracteriza-se pelo uso de técnicas não-quantitativas com propostas críticas, buscando relacionar o fenômeno e a essência”.

Com efeito, este método é fundamental por favorecer uma ampla interpretação sobre a Lei supramencionada, assim como permitir uma concepção subjetiva no processo de discussão para diversas perspectivas de como a Lei pode ser analisada.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE A LEI 12.244/10**

A Lei 12.244/10 (BRASIL, 2010) pode ser considerada conteúdo pequeno em virtude de possuir basicamente quatro artigos. Porém, esses artigos possuem uma densidade de conteúdo que demandam uma discussão.

Logo, no artigo primeiro, (BRASIL, 2010), determina que “As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei”, fica claro que o Governo pondera a necessidade da constituição de bibliotecas escolares, por reconhecer porque parte considerável das escolas não possui bibliotecas de forma efetiva, embora tentem constituir estruturas que configurem uma biblioteca de forma aleatória.

Na apresentação de livro organizado por Neusa Dias de Macedo (2005, p. 16) Antonio Miranda afirma que:

Na verdade, um país com 300 mil escolas públicas e privadas – a esmagadora maioria sem bibliotecas escolares para dar apoio as atividades pedagógicas e recreativas – requer toda e qualquer iniciativa no sentido de ampliar o acesso de alunos e professores ao universo do conhecimento registrado ou, para usar uma expressão mais atual, aos conteúdos reais e virtuais de interesses de usuários.

Do quadro de escolas brasileiras há uma valorização, um pouco mais visível, às bibliotecas escolares do setor privado. (MACEDO, 2005).

A diferença entre o público e o privado, em termos de

bibliotecas escolares, reside no fato de que em algumas escolas particulares se observa, minimamente, realidades que se destacam pelo investimento na contratação de bibliotecários e, principalmente, na existência de sistemas de automação e organização desse espaço o que facilita a disponibilização de serviços. Comumente, são colégios particulares, considerados de elite, na cidade, com mentalidade eminentemente religiosa. (CARVALHO SILVA, 2010).

Assim, entendo que a desqualificação do serviço público em bibliotecas escolares (quando existentes nele) ajuda a construir na sociedade uma visão limitada desse tipo de biblioteca e que acaba colocando em evidência as do setor privado, que no todo nem sempre estão tão melhores assim. Em suma, boa parte das escolas não possui bibliotecas escolares, mas principalmente no setor público.

No artigo segundo da Lei 12.244/10 (BRASIL, 2010), é apresentado o conceito de biblioteca escolar, ou seja: “[...] a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura”.

Na referida Lei esse conceito se assemelha àqueles estabelecidos por estudiosos e aos apresentados em documentos institucionais, como por exemplo, o Manifesto da Unesco/Ifla para Biblioteca Escolar (1999), mostrando que a diversidade de suportes documentais é compreendida como fundamental para a formação da biblioteca. Porém, além dos suportes documentais outros atributos devem ser marcas da biblioteca escolar como meio para qualificar os serviços de acesso à informação, dentre os quais podem ser citados: política de desenvolvimento de coleções (acervo) e os processos organizacionais da coleção, como forma de torná-la acessível aos usuários.

Portanto, entende-se a política de desenvolvimento de coleções como questão central na dinamização pedagógica, inerente ao currículo e às perspectivas da escola.

A partir da argumentação de Campello (2003) a coleção constitui a base para a aprendizagem questionadora e crítica. No que

se refere à competência informacional, ela representa o espaço para o desenvolvimento de habilidades de localização, seleção, interpretação e uso da informação, essenciais para se viver numa sociedade de abundância de informação.

No que se refere aos processos organizacionais destaco o conceito de organização a partir do discurso de Maciel e Mendonça (2006, p. 11) quando afirmam que “a organização inclui todos os estudos e atividades implícitas ao processo de análise, planejamento e operacionalização, tanto no todo – toda a biblioteca – como em parte”.

Isto quer dizer que, organizacionalmente, a biblioteca escolar compreende uma dualidade macro/micro. O primeiro fator da dualidade refere-se à análise e planejamento de como irá atuar a biblioteca no seio de comunidade escolar, enquanto o segundo avalia ações de cunho executivo, como, por exemplo, a maneira de classificação, catalogação e de indexação, além de outras técnicas de representação da informação a serem utilizadas, assim como às tarefas relacionadas ao atendimento e à sinalização interna e externa do espaço. (CARVALHO SILVA, 2010).

Dessa forma, acreditamos que a Lei de universalização de bibliotecas (BRASIL, 2010) poderia ser mais detalhada no que tange ao caráter semântico da biblioteca escolar e de suas características técnicas, organizacionais, educativas, além de sua intencionalidade política, social e pedagógica, pois os aspectos de acervo e de organização desse tipo de biblioteca apresentam uma singularidade, ainda, pouco assimilada pela ampla maioria dos educadores e de instituições de ensino brasileiros.

O parágrafo único, do artigo segundo, dessa Lei afirma que:

Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo

conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Entendo que neste parágrafo a questão do acervo não está devidamente elucidada. Inicialmente, em virtude de supervalorizar o livro como única exigência de suporte documental. Em seguida e, como fator principal, pelo fato de não especificar que tipo de livros deve ser concebido na biblioteca escolar, o que repercute nos aspectos quantitativo e qualitativo do acervo a ser disponibilizado.

Sabe-se que a formação qualitativa do acervo é de fundamental importância. Mas, o que configura um acervo de qualidade? Basicamente, na sua relação com os programas curriculares, com os níveis de informação e de leitura dos alunos sobre assuntos diversos e de acordo com os seus interesses e necessidades, com os recursos disponíveis na escola e com a facilidade de acesso às outras coleções. (MODELO..., 1985).

É fundamental também reconhecer a relevância quantitativa do acervo. Contudo, a valorização do aspecto quantitativo está diretamente relacionada à habilidade dos profissionais gestores da biblioteca sem a presença de bibliotecário nas escolas. A quantidade do acervo pode ser demasiada e improdutiva para a comunidade escolar, principalmente se a quantidade for dimensionada por livros didáticos e livros de coleções que devem ser destinados às atividades de classe. (ABREU et al, 2004).

Dando sequência à análise da lei, o seu artigo terceiro atesta que:

Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão

de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.

Dois fatores são cruciais neste artigo. O primeiro concerne ao prazo para a concretização da Lei, ou seja, que em dez anos todas as escolas contem com biblioteca e que haja nela, pelo menos, um título para cada aluno. O segundo é quanto à necessidade de se ter um bibliotecário nas escolas visando a consolidação e a perspectiva exitosa da Lei.

Com relação ao prazo, nele estabelecido, compreendo que o maior problema não se refere ao tempo, especificamente, mas ao processo de elaboração de estratégias para sua concretização. É preciso pensar um conjunto de estratégias integradas entre os órgãos educacionais públicos (Ministério, Secretarias estaduais e municipais de educação e suas escolas privadas).

Para tanto, adentramos no segundo fator que é a exigência do bibliotecário como profissional habilitado para gerenciar a biblioteca escolar. Considero primordial a inserção da visão especializada sobre a biblioteca escolar a partir de dois diálogos: o primeiro é interno que implica na união entre o Conselho Federal de Biblioteconomia com os Conselhos Regionais e ainda com as Associações e os Sindicatos bibliotecários e os cursos de graduação em Biblioteconomia, visando auxiliar a efetivação da Lei por meio de eventos, capacitações dos bibliotecários, mobilizações, audiências políticas, proposição de uma política para a biblioteca escolar, dentre outros atributos; o segundo é externo no contexto de uma compreensão político-educacional com os Cursos de Pedagogia, as Secretarias de Educação que também são importantes instrumentos para concretização da Lei 12.244 significando dizer que o reconhecimento da biblioteca escolar perpassa por uma luta política coletiva.

O esforço precisa ser de muitos e de todos nós, pois conforme Oliveira (1983) a profissão de bibliotecário carece ainda de valores

como autoridade, consciência de classe, senso de progressão e competição, indispensáveis à identificação da Biblioteconomia como profissão.

A consciência de classe favorecerá a busca de alternativas para mudanças mais amplas, através da expressão coletiva, a fim de tornar a área reconhecida no mercado de trabalho e na sociedade.

Desse modo, a união política, profissional e acadêmica dos órgãos biblioteconômicos (Conselhos, Associações, Sindicatos e cursos de graduação) poderá efetivar um processo de consciência de classe e senso de progressão da construção de uma nova mentalidade social de biblioteca escolar. A Lei 12.244/10 é resultado desse esforço, que precisa aumentar, pois com ela os desafios se renovam.

Em síntese, verifica-se que a Lei apresenta perspectivas para a biblioteca escolar no Brasil, mas também deficiências teóricas e propositivas. Porém, a maior deficiência está em não garantir critérios para que seu intento seja efetivamente concretizado no prazo estipulado. Com efeito, uma alternativa seria definir responsabilidades compulsórias no caso do seu descumprimento. Esta não-indicação de responsabilidades no texto da lei causa esse receio.

Acredito que o princípio fundamental de norteamo político e institucional para a aplicação da Lei 12.244/10, seria ter incluído nela, artigo que delimitasse ao Poder Público uma porcentagem mínima do orçamento destinado à biblioteca de suas escolas, e a mesma exigência aos empresários da educação, procurando desta forma garantir investimento na biblioteca (estrutura física, organização, sistema, contratação de bibliotecários e de outros profissionais, implementação de serviços e outros, conforme suas atribuições. No caso do descumprimento os gestores, quer públicos, quer privados, deveriam pagar multa.

Outrossim, a precisa definição deste orçamento mínimo necessitaria de um estudo sobre as arrecadações de escolas públicas e privadas. O que recebem do Governo e de outras fontes, e de como

eles são aplicados nos seus contextos, para saber se haveria a necessidade de elencar uma porcentagem maior ou menor dependendo das necessidades da escola.

Portanto, o mais relevante nesse contexto da Lei 12.244/10 é consagrar a biblioteca escolar nos dizeres de Martinez (1998, p. 20) como:

a porta de acesso a emoções, respostas, soluções, experiências gratificantes e de prazer, dando a possibilidade de voar com a imaginação, de criar e ter novas idéias, de solucionar problemas simples e complexos

Também gostaria de poder identificar na totalidade de nossas bibliotecas escolares o que é dito por Silva (1995), como uma construtora na formação de personalidades críticas, criativas e dinâmicas, pois com a diversidade de informações que ela pode oferecer os estudantes poderão tomar conhecimento de ideias diferentes ou mesmo divergentes daquelas transmitidas pelo professor, o que lhes poderá provocar inquietações e questionamentos, tornando-os críticos e participativos, o que se constitui como requisito fundamental para a tarefa de transformação da sociedade brasileira.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebe-se que a biblioteca escolar historicamente a partir de dois vieses: o primeiro está ligado as instituições religiosas entre os séculos XVI e XIX, principalmente dos colégios jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas; o segundo é referente a reforma do Estado brasileiro a partir da década de 1930 que instituiu a biblioteca escolar como instrumento de estímulo ao aprendizado e a leitura.

Destacamos que a construção do discurso e de ações advindas da Biblioteconomia e de alguns órgãos políticos como a UNESCO nas últimas décadas do século XX e início do século XXI demonstra que a biblioteca escolar possui uma perspectiva semântica ampla, desde as questões do suporte bibliográfico e virtual até as políticas de organização, disseminação e acesso aos serviços de informação.

Atentamos para o fato de que a consolidação da Lei 12.244 é fruto de um processo histórico de mobilização envidado pela Biblioteconomia brasileira a partir de seus Conselhos, Associações, Sindicatos, assim como de professores e estudantes dos cursos de Biblioteconomia e ainda dos bibliotecários. Como exemplo dessa mobilização podemos destacar o documento elaborado pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) em parceria com o Conselho Federal de Biblioteconomia (2010) que a partir de um estudo em nível nacional traça parâmetros de cunho físico, organizacional, tecnológico, acervo, serviços/ atividades e pessoal para sua consolidação.

A Lei 12244/10 mostra uma conotação de mudança, pois se configura precisamente na possibilidade de transformações que a biblioteca escolar precisa para mostrar sua potencialidade.

Portanto, é fundamental reconhecer que essa lei poderá ser passível de reconhecimento se houver, ao longo desses anos, uma continuidade e ampliação no processo de mobilização da classe biblioteconômica mostrando a importância da biblioteca escolar. Do contrário, essa lei se consolidará como a “intramitável” cultura política do país de elaborar leis com um discurso esteticamente bem construído, mas sem uma efetiva contemplação prática.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves et al. Diagnóstico das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino de Belo Horizonte – MG: a situação dos acervos. *Encontros. Bibli: Revista. Eletrônica de*

Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.16, n.2, p. 489-517, jul./dez., 2011.

Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 17, 1º sem. 2004.

ALMEIDA, Beatriz, CARVALHO, Patrícia. *As centenárias e históricas escolas de São Paulo*. Revista SIOEST, São Paulo, v.22, n.187, p. 44-54, nov, 1996.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Sociedade e Biblioteconomia*. São Paulo: Pólis, APB, 1997. 129 p.

BEIRITH, Ângela. As escolas isoladas de Florianópolis no contexto da regulamentação do ensino primário (1946-1956). *Revista Linhas: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Florianópolis, v. 10, n. 02, p. 156 – 168, jul. / dez. 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de lei 3549/2000*. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=19835>> Acesso em: 03 mar. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Organização ensino primário e normal*. XVI estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina, 1942. (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Boletim, 21).

BRASIL. Senado Federal. *Lei 12244 de 24 de maio de 2010*. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=240379&norma=261310>> Acesso em: 03 mar. 2011.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei da Câmara nº 324 de 2009*. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=95219](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=95219)> Acesso em: 12 set. 2011.

CAMPELLO, Bernadete. A competência informacional na educação para o Século XXI. In:

CAMPELLO, Bernadete Santos et al. *A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 9-11.

CARVALHO SILVA, Jonathas Luiz. *Uma análise sobre a identidade da Biblioteconomia: perspectivas históricas e objeto de estudo*. Olinda: Edições Baluarte, 2010. 99p.

CASTRO, César Augusto. *História da Biblioteconomia Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000. 287p.

EGGERT-STEINDEL, Gisela e FONSECA, Caio Faria. *A biblioteca escolar: participante da promoção da justiça e êxito escolar*. In: VALLE, Ione Reibeiro; SILVA, Vera Lucia Gaspar da e DAROS, Maria das Dores Daros (Org.). Florinópolis: Ed. UFSC, 2010.

GARCEZ, Eliana Fioravante. O bibliotecário nas escolas: uma necessidade. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v.12, n.1, p.27-41, jan./jun., 2007.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 206p.

GRUPO DE ESTUDOS EM BIBLIOTECA ESCOLAR (GEBE); CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA – 14<sup>a</sup> E 15<sup>a</sup> REGIÕES. *Biblioteca escolar como espaço de produção do*

*conhecimento*: parâmetros para bibliotecas escolares. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/MIOLO.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2011.

IGUMA, Andréia de Oliveira Alencar; FERNANDES, Célia Regina Delácio. Uma reflexão sobre as práticas de leitura no acervo do PNBE. In: Colóquio internacional de estudos lingüísticos e literários. *Anais...* Maringá-PR, 9, 10 e 11 de junho de 2010.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. V. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra. (Org.). *Introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. 184p.

MACEDO, Neusa Dias de (Org.). *Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual*. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Conselho regional de Biblioteconomia, 2005.

MACHADO, A. *A implantação de bibliotecas escolares na rede de ensino de Santa Catarina* (décadas de 30 e 40). 132f. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.16, n.2, p. 489-517, jul./dez., 2011.

MACIEL, Costa Alba; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. *Bibliotecas como Organizações*. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. 94p.

MARTÍNEZ, Lucila. *Escola, sala de leitura e bibliotecas criativas*. Rio de Janeiro: Autores & Agentes & Associados, 1998.

MODELO flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares: Colômbia, Peru, Costa Rica, Venezuela. Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1985.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 259p.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. *O bibliotecário e sua auto-imagem*. São Paulo: Pioneira, 1983. 98p.

SANTA CATARINA (Estado). *Decreto N. 3.735, de 17 de dezembro de 1946*. Regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina, Santa Catarina. Florianópolis : Imprensa Oficia, 1946.

SILVA, Waldeck Carneiro da. *Miséria da Biblioteca Escolar*. São Paulo: Cortez, 1995. 118p.

SIMÃO, Maria Antonieta Rodrigues; SCHERCHER, Eroni Kern; NEVES, Iara Conceição Bitencourt. *Ativando a Biblioteca Escolar*. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1993. 1993.

UNESCO. *Manifesto da Biblioteca escolar da IFLA/UNESCO*. 1999. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>> . Acesso em: 28 fev. 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

---

### ***HISTORICAL PERSPECTIVES OF THE SCHOOL LIBRARY IN BRAZIL AND ANALYSIS OF LAW 12.244/10***

***Abstract:*** *This history of the school library in Brazil. It examines the historical perspectives, social and semantics of the school library, focusing on the Law 12.244/10 which provides for the universalization of school libraries. The methodology consists of exploratory research, with document review and presents as the phenomenological-hermeneutical method. It concludes that the school library, historically, was directly linked to religious institutions such as colleges Jesuits, Franciscans, Benedictines and Carmelites, and today, with the institutionalization of Law 12.244/10 shows a connotation of change. However, it is understood that this law is flawed conceptual and conteudísticas, as to the characterization of the school library collection and its nuances as well as deficiencies that promote insecurity in their consolidation, not to predict prospects of compulsory responsibilities, ie, punishments in the case of non-compliance by public and private schools, what it is established.*

***Keywords:*** *School library - Brazil - History, Law 12.244/10, School Library - Religious schools - Brazil, Library, Education - Brazil.*

---

**Jonathas Luiz Carvalho Silva**

Mestre em Ciência da Informação pela UFPB.

Professor do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri.

Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade social e cultural, identidade da Biblioteconomia brasileira e aspectos teóricos, históricos e epistemológicos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Trabalha ainda enfaticamente com projetos sociais, especialmente a partir das bibliotecas públicas, escolares, comunitárias e populares, interagindo com diversos movimentos sociais e comunitários e concebendo suas concepções sociais, educativas e culturais.

E-mail: [jonathascarvalhos@yahoo.com.br](mailto:jonathascarvalhos@yahoo.com.br)

---

Artigo:

Recebido em: 02/08/2011

Aceito em: 15/11/2011